

Edição #03
Janeiro 2023

BOLETIM

Observatório
Manejo Florestal
Comunitário
e Familiar



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR



O Observatório do Manejo Florestal Comunitário e Familiar articula 54 organizações da sociedade civil, institutos de ensino, pesquisa e comunidades, com a missão de promover o manejo florestal como uma estratégia relevante, consistente e viável para a sustentabilidade da região amazônica.

Nesse sentido, busca contribuir para a valorização e garantia dos direitos e dos modos de vida de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais da Amazônia, além da construção de um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente justo para a região.



Expediente

Boletim nº 03/2022

SECRETARIA EXECUTIVA
Instituto Internacional
de Educação do Brasil (IEB)

COORDENAÇÃO
Alison Castilho (IEB)

TEXTOS
Catarina Barbosa (IEB)
Ana Laura Lima (Embrapa)
Adison Ferreira (IFT)

EDIÇÃO
Catarina Barbosa (IEB)

PRODUÇÃO GRÁFICA E
DIAGRAMAÇÃO
Raffael Regis

IMAGENS
Arquivos IEB e IFT

SPOT DE DIVULGAÇÃO
Raphael Castro (IEB)

Editorial

Ao longo de cinco anos, o Observatório do Manejo Florestal Comunitário e Familiar (OMFCF) segue articulando e fortalecendo organizações produtivas que têm como base as cadeias de produtos da sociobiodiversidade amazônica. Nesse tempo, apoiamos e estimulamos diversos atores que têm como princípio aproveitar os recursos naturais respeitando a floresta.

Nesse sentido, entendemos que o manejo é imprescindível para esse processo, sobretudo, nos últimos anos quando tem-se falado bastante do tipping point. O termo na tradução literal pode ser entendido como “ponto de inflexão” e de maneira mais catastrófica, o momento em que a floresta não conseguirá mais se recuperar devido a exploração desenfreada dos recursos naturais e dos modelos de desenvolvimento atuais.

Esse cenário traz a urgência de pensar que não é possível mais pautar a conservação da sociobiodi-

versidade sem pautar uma agenda de restauração de recomposição ambiental e nesse ponto o Observatório do Manejo Florestal Comunitário e Familiar atuará com determinação em 2023, justamente, por entender que esse processo só é possível com diálogo e apoio aos que, de fato, desenvolvem atividades sustentáveis.

Entendemos que são os povos e comunidades tradicionais e os agricultores familiares, os principais defensores da biodiversidade dos biomas brasileiros e defendemos seus modelos de desenvolvimento até mesmo porque essas pessoas necessitam da conservação para a reprodução dos seus meios de vida.

Os últimos cinco anos do observatório foram dedicados à atuação junto à cadeia produtiva da madeira, da castanha e do açaí, mas articulamos expandir. Cabe dizer ainda que todo o trabalho só é possível porque temos parceiros, que são muitos, desde as organizações que

atuam no ensino e/ou pesquisas, com o objetivo de fortalecer as boas práticas de manejo; até as que atuam no acompanhamento e/ou assessoria das organizações comunitárias.

Para 2023 vislumbramos um cenário de luta, mas também de diálogo e parceria. Atualmente, somos 54 organizações, das quais 34 são organizações comunitárias, tais como associações, cooperativas ou mesmo organizações representativas de movimentos sociais. Juntas, essas organizações são responsáveis pela gestão de cerca de seis milhões de hectares em unidades de conservação distintas na Amazônia.

Nesta terceira edição do boletim dividimos com você, as ações da Resex Verde Para Sempre, que representa um marco para o manejo florestal e comunitário no Brasil. Também é possível acompanhar pelo olhar lúdico das crianças da Resex, como elas veem a floresta, que é palco diária de suas vidas.

Separamos também dicas de leitura e uma reportagem sobre a primeira etapa de mobilização de uma articulação em rede no Amapá, visando o fortalecimento de grupos socioeconômicos e ambientais da região. Esse diálogo sinaliza o nosso desejo de expandir a atuação do observatório.

Por fim, seguiremos firmes pela articulação da retomada do programa federal de manejo florestal comunitário, que fez parte desse processo de desmonte da agenda socioambiental instituída pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Esperamos, dessa forma, consolidar o fortalecimento do manejo florestal para que ele seja cada vez mais reconhecido como o modelo de desenvolvimento necessário para a conservação da Amazônia.

Alison Castilho - IEB

Secretário Executivo
do Observatório do MFCF



#Futuro

Produção audiovisual mostra a visão das crianças sobre a floresta

Por Ana Laura Lima | Embrapa Amazônia Oriental

O vídeo tem versões em português, português com legendas em inglês e português para libras e além da visão das crianças foram registrados os trabalhos dos atores envolvidos no manejo florestal comunitário.

Como as crianças enxergam a floresta? Foi essa pergunta que o vídeo “Crianças, Florestas e Poesia” buscou responder. O resultado deu origem a uma produção audiovisual de pouco mais de cinco minutos onde é possível ver não apenas a relação das crianças com o território, mas também o trabalho dos atores envolvidos para que a preservação e a prática do manejo florestal comunitário sejam continuadas a fim de manter a floresta em pé.

Elaborado como parte do [Projeto Bom Manejo 2](#), coordenado pela Embrapa Amazônia Oriental, membro do Observatório do Manejo Florestal Comunitário e Familiar (OMFCF), e pela Organização Internacional de Madeiras Tropicais - ITTO (International Tropical Timber Organization), o vídeo é resultado de uma oficina realizada com crianças da Reserva Extrativista Verde Para Sempre, localizada em Porto de Moz, no Pará, no mês de setembro.

Nas versões em português, português com legendas em inglês e português para libras, a finalidade do vídeo, segundo o pesquisador Milton Kanashiro, coordenador do projeto Bom Manejo 2 e presidente do Portfólio Florestal da Embrapa, é visibilizar diferentes abordagens do fazer científico em comunidades por meio de novas linguagens e também fortalecer o conceito de Saúde Única, que traz uma visão holística e integrada da saúde humana, animal, das plantas e da floresta.

Saúde Única: abordagem integrada

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), o conceito de Saúde Única envolve uma visão holística e abordagem integrada, colaborativa e transdisciplinar que visa equilibrar a saúde das pessoas, animais, das plantas e da floresta nos níveis local, regional, nacional e global. [O Plano de Ação Conjunta para a Saúde Única 2022-2026 - ONU](#) apresenta o conceito

e reconhece a interconexão e interdependência entre a saúde humana, animal e dos ecossistemas.

Para Milton Kanashiro, é imprescindível uma visão holística e integrada em relação à saúde, especialmente no contexto de questões globais, como a pandemia de Covid-19, insegurança alimentar, degradação ambiental e perda de biodiversidade. Ele ressalta ainda que a abordagem se alinha ao alcance das metas propostas na Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

“Para a Amazônia e o Brasil, essa abordagem integrada e transversal ganha maior importância ainda para a saúde global”, afirma. O pesquisador ressalta que o conceito envolve sistemas de pensamento e abordagens, parcerias público privadas, governança, marcos legais e institucionais, além do conhecimento dos povos e das populações tradicionais, em acordo ao que foi estabelecido no plano de ação conjunta da Organização das Nações Unidas.

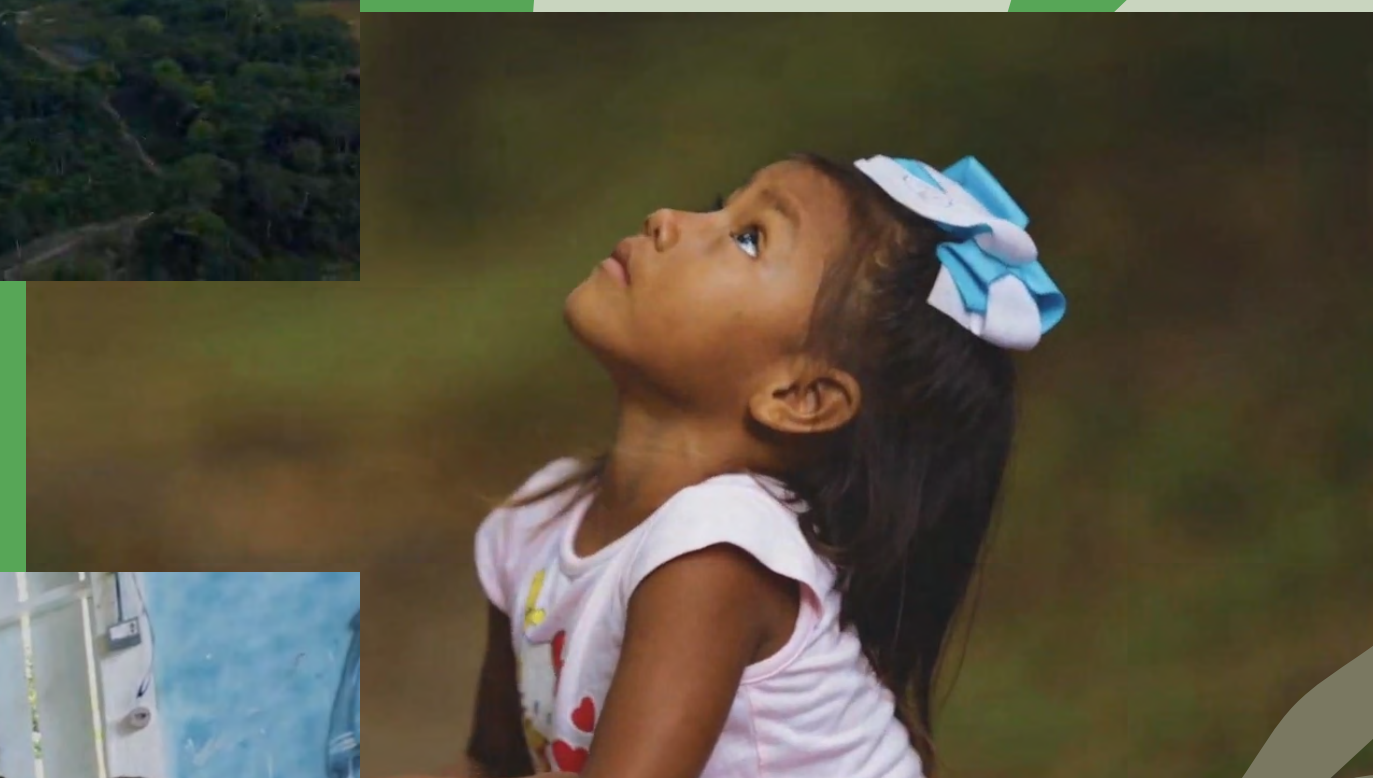
“Pessoalmente, entendo que a Embrapa é muito importante nesta tarefa hercúlea, pois tem expertises, nas mais diferentes áreas do conhecimento que a Saúde Única preconiza”, analisa o pesquisador. Ele acrescenta ainda que instituições, como a Fiocruz, foram pioneiras na disseminação e fortalecimento desse conceito no Brasil. 🌿

Assista o vídeo:

[Vídeo em português.](#)

[Versão em português com legendas em inglês.](#)

[Versão em português para libras.](#)



Dicas de Leitura



Livro

Routledge Handbook of Community Forestry

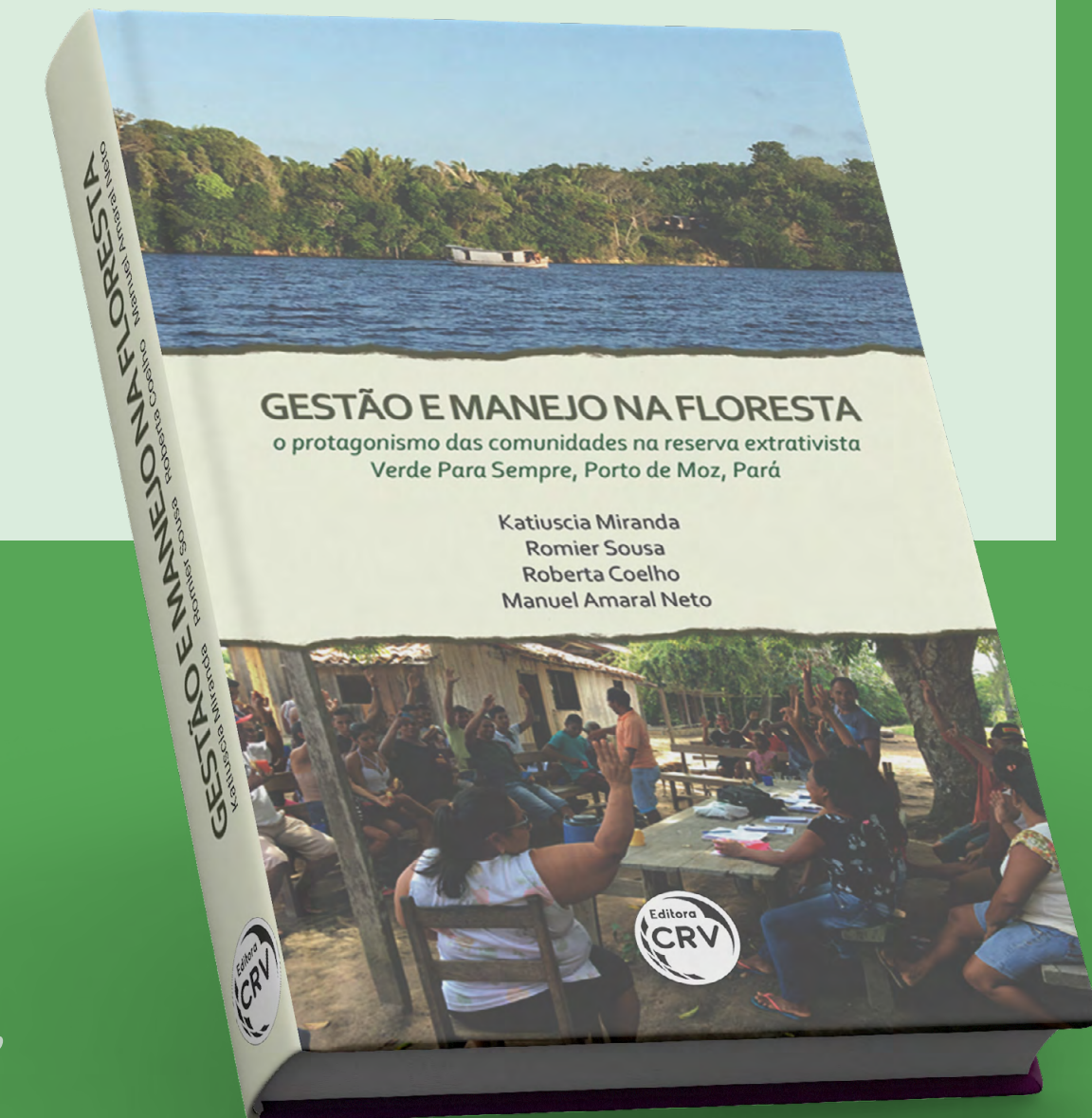
A publicação (em inglês) oferece uma visão global de experiências de manejo florestal comunitário, com estudos de casos da África, Ásia, Europa e Américas. Com experiências de sucesso, mas também falhas, o objetivo da publicação é dar destaque aos principais desafios que o manejo florestal comunitário enfrenta e potenciais soluções.

A experiência na Reserva Extrativista (Resex) Verde para Sempre é uma das iniciativas abordadas na obra, que contou com a colaboração de mais de 80 profissionais e acadêmicos. O e-book, em inglês, pode ser adquirido por cerca de R\$ 220.

Livro

Gestão e Manejo na Floresta

Neste trabalho, os autores analisam a experiência com empreendimentos florestais comunitários (EFCs) na Reserva Extrativista (Resex) Verde para Sempre, localizada em Porto de Moz, no Pará. Você pode ter acesso ao conteúdo de duas formas: comprando o livro físico ou a versão digital. O valor gira em torno de R\$ 30.





#Ciência

Publicação da Embrapa aborda monitoramento florestal na Amazônia

Por Izabel Drulla Brandão | Embrapa Amazônia Oriental

A iniciativa tem o objetivo de apoiar a implementação de modelos de manejo florestal comunitário de madeira e açaí nos territórios atendidos pelo IFT.

Pioneira no uso de parcelas permanentes em inventário florestal contínuo no estudo do comportamento de árvores em florestas exploradas e não exploradas na Amazônia brasileira, a Embrapa Amazônia Oriental (Belém, PA) disponibiliza a publicação Monitoramento florestal na Amazônia Oriental: histórico e importância da ferramenta para estudo da dinâmica florestal. É uma obra compacta, de apenas 40 páginas, mas o conteúdo tem peso duplo.

Por um lado, o documento situa o avanço das pesquisas e a formação de redes nacionais e internacionais em torno do tema, além de listar os 121 títulos técnico-científicos anteriores, gerados de 1984 a 2021 com base nos dados do monitoramento de parcelas permanentes pela Embrapa Amazônia Oriental e pela Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa).

Por outro lado, de olho no futuro, a nova

publicação destaca a importância da continuidade e evolução do aplicativo computacional Monitoramento de Florestas Tropicais (MFT), ferramenta cujo uso é considerado “a melhor garantia de armazenamento de dados de longos e contínuos períodos de monitoramento em florestas naturais e plantadas”, avalia o autor Ademir Roberto Ruschel, pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental.

É uma garantia, explica Ruschel, amparada na confiabilidade do próprio banco de dados de parcelas permanentes monitoradas pela Embrapa Amazônia Oriental há quatro décadas, desde 1981, acervo que já foi fonte de inúmeras dissertações de mestrado e teses de doutorado, bem como artigos científicos publicados em revistas nacionais e internacionais.

Florestas do passado, do presente e do futuro

O autor enfatiza que “as parcelas permanentes de monitoramento contínuo são fontes ricas e precisas de informações

“Não à toa, os dados serviram de base para a regulamentação do manejo florestal sustentável na Amazônia brasileira, em especial a definição dos ciclos e intensidades de corte”

*Ademir Roberto Ruschel,
pesquisador da Embrapa
Amazônia Oriental*

das florestas do passado, do presente e do futuro, quando amostradas suficientemente e mantidas ao longo do tempo”. Ele conta que “as parcelas mais antigas de observação têm proporcionado conhecimento profundo sobre a dinâmica do crescimento da floresta, balanço de carbono no ecossistema e alterações na riqueza e diversidade de espécies de árvores e de palmeiras”. Além disso, globalmente

ajudam a estimar os efeitos das mudanças climáticas e o ciclo de carbono.

A importância mundial do trabalho de monitoramento florestal contínuo com parcelas permanentes também é ressaltada na apresentação da publicação pelo chefe-geral da Embrapa Amazônia Oriental, Walkymário de Paulo Lemos, onde diz ser “uma importante contribuição para o atendimento da agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial ao ODS 15 – Vida Terrestre. Entende-se que, ao se compreender melhor o comportamento das espécies florestais em áreas manejadas na Amazônia, torna-se possível definir a melhor estratégia de manejo a ser adotada e garantir a sustentabilidade do uso dos recursos com benefícios sociais, econômicos e ambientais”.

Aplicativo MFT

O MFT, aplicativo (software) para monitoramento de florestas tropicais, sucedeu o antigo programa informatizado Sistema de

Inventário Florestal Contínuo (SFC), lançados pela Embrapa Amazônia Oriental em 2008 e 1994, respectivamente. Capaz de lidar com um grande volume de informação oriunda de floresta de alta complexidade, o MFT registra, processa, critica e armazena dados de monitoramento por classe de tamanho de indivíduos (palmeiras, árvores, arvoretas, varas e mudas). Sua aplicação está ligada ao estudo, manejo e monitoramento de florestas tropicais, processando inventários florestais temporários e contínuos.

“Estamos no ponto em que o MFT caminha para uma nova versão, robusta para processar e manter um banco seguro de dados de parcelas permanentes, ao mesmo tempo em que permite a evolução constante de novas versões”, antecipa o pesquisador Ademir Ruschel.

Milhões de registros

O monitoramento pela Embrapa ocorre em ecossistemas de terra firme e de várzea, em florestas naturais e plantadas. Somente

versão MFT-Java traga as funcionalidades básicas para sobre a dinâmica de crescimento de árvores e sobre a versão deverá também permitir a migração total de dados de todas as versões MFT produzidas e manter um banco seguro de dados de evolução constante de novas versões. O aplicativo MFT é a melhor garantia de existência e a confiabilidade do monitoramento da Amazônia Oriental. São fontes ricas e presentes e do futuro. Ao longo do tempo, o conhecimento de carbono e efeitos das árvores das florestas.



por conta das parcelas permanentes de terra firme no estado do Pará, conforme dados da publicação, já são mais de 125 mil árvores observadas nos últimos 40 anos, com mais de 8 milhões de registros de variáveis armazenados em arquivos de backups do MFT.

Há parcelas de terra firme na Floresta Nacional do Tapajós (Belterra); PA Santo Antônio (Mojuí dos Campos); Vitória do Jari, Associação Virola-Jatobá (Anapu), Parque Zoobotânico (Marabá), Fazenda Cristalina (São Domingos do Araguaia), Fazenda Shet (Dom Eliseu), Fazenda Cikel (Paragominas); Campo Experimental da Embrapa (Moju) e Capoeira do Black (sede da Embrapa em Belém). As parcelas de várzea ficam em Belém (Área de Pesquisa Ecológica do Guamá), Limoeiro do Ajuru, Curralinho, Breves, Afuá e Gurupá.

Avanço do conhecimento e redes

De acordo com Ademir Ruschel, a robustez e complexidade dos bancos de dados de parcelas permanentes gerenciados pela Embrapa e Ufopa permitiram o avanço do conhecimento sobre a dinâmica da vegetação arbórea – estudo que envolve informações sobre o crescimento e a evolução da floresta, sua reação a alterações diretas ou indiretas resultantes, por exemplo, de sistemas de manejo, mudanças climáticas, tratamentos culturais e silviculturais.

O pesquisador relata que o primeiro documento com

as orientações para instalação e medição de parcelas permanentes de monitoramento em inventário florestal contínuo na Amazônia brasileira foi publicado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em 1984. A metodologia inicial teve posteriores atualizações, tornando-se mais prática aos empreendimentos florestais na região amazônica e às instituições de pesquisa.

Em paralelo, redes nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais, se formaram em torno do tema manejo florestal sustentável na Amazônia, fortalecendo a cooperação científica, como a Rede de Monitoramento da Dinâmica de Florestas da Amazônia (Redeflor), a Amazon Tree Diversity Network (ATDN), a Rede Amazônica de Inventários Florestais (Rainfor) e o Tropical managed Forests Observatory (TmFO).

A publicação [Monitoramento florestal na Amazônia Oriental: histórico e importância da ferramenta para estudo da dinâmica florestal](#) foi escrita pelo pesquisador Ademir Roberto Ruschel em coautoria com Ulisses Sidnei da Conceição Silva (Ufopa), Fabricio Nascimento Ferreira (Embrapa), Lia de Oliveira Melo (Ufopa), José Natalino Macedo Silva (Ufra), João Olegário Pereira de Carvalho (Ufra), Márcio Hofmann Mota Soares (Embrapa), José Francisco Pereira (Embrapa), Lucas José Mazzei de Freitas (Embrapa) e Milton Kanashiro (Embrapa).

#Resistência

Resex Verde Para Sempre: 18 anos de resistência da maior reserva extrativista do Brasil

Por Catarina Barbosa | IEB

Com pouco mais de 1,3 milhão de hectares, a Reserva ocupa 82% do território de Porto de Moz, no Pará, e é formada por 37 comunidades, onde vivem cerca de 13.000 pessoas.

“Lembro como se fosse hoje. Era uma época muito difícil, as nossas comunidades eram dominadas e ameaçadas por empresas madeireiras. A força delas era tão grande que a gente não conseguia transitar no território”. O relato de Edilene da Silva, presidente do Comitê de Desenvolvimento Sustentável (CDS) de Porto de Moz, no Pará, é de uma época complicada para quem nasceu dentro do território que hoje é conhecido como a Resex Verde Para Sempre.

Edilene relembra o passado a fim de explicar a importância da Resex Verde para

Sempre para os moradores. O território de 1,3 milhão de hectares é considerado a maior Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável do país, o equivalente a oito vezes o tamanho da cidade de São Paulo. Nesse espaço, atualmente, os moradores da própria comunidade são os protagonistas de negócios sustentáveis que priorizam, antes de tudo, a vida das pessoas e de todos os seres que vivem na floresta.

Em 2022, a Resex completou 18 anos e a presidente do CDS conta que as vitórias são indiscutíveis, apesar de ainda haver



muito o que avançar. “Sem dúvida não queremos mais passar pelo que passamos. Imagine você querer colher uma castanha, um cipó e não poder, e o pior: não poder andar dentro da floresta onde nasceu, por ter medo de ser assassinado por um pistoleiro das empresas madeireiras, não queremos mais viver isso, mas ainda precisamos legalizar vários direitos para os moradores da resex, e vamos”, acrescenta Edilene.

Fundada em 2004, no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o território nasceu em resposta à opressão que as comunidades tradicionais vivenciavam. “Era impossível viver daquela forma, foi com a ajuda da comunidade e também em um grande ato articulado com o pessoal do Greenpeace, quando paralisamos o rio, que finalmente fomos ouvido”.

O ato citado por Edilene ocorreu em 2003, um ano antes da criação da reserva, mas repercutiu nacional e internacionalmente. A madeira, produto amplamente consu-

mido dentro e fora do Brasil não tinha, até então, nenhum tipo de regulamentação. Assim, empresas atuavam explorando de forma desenfreada o recurso natural.

Atualmente, a madeira extraída da resex obedece ao chamado “plano de manejo”, uma articulação minuciosa que envolve o conhecimento das comunidades tradicionais e o de cientistas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), do Instituto Floresta Tropical (IFT) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Entre os anos de 2017 e 2019, as atividades madeireiras geraram cerca de R\$ 6 milhões sem esgotar a floresta e valorizando as comunidades tradicionais.

Avançando

Amparados pelo decreto que deu origem à Resex Verde para Sempre, agora as lutas são no sentido de manter as conquistas e avançar por mais direitos e também a fim de aprimorar a maior atividade do

território, o manejo florestal e comunitário da madeira e incluir outras. “Estamos dialogando sobre a cadeia produtiva do óleo de copaíba e outras, quanto mais atividades tivermos, melhor para as comunidades”, acrescenta Edilene, que afirma que o diálogo sobre a nova atividade já está bastante avançado.

Em outro sentido, um dos desafios a serem superados segundo a presidente do CDS é com relação a fragilidade jurídica do decreto que deu origem ao território. “Precisamos avançar para conquistar o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), documento que não temos e que garante uma segurança jurídica para todo o território”, pontua.

O CCDRU é um documento que consolida a regularização fundiária em unidades de conservação das categorias Reserva Extrativista e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, assim como nas Florestas Nacionais com populações tradicionais identificadas, por meio dele

“Antes, as empresas madeireiras dominavam o território e faziam a derrubada de maneira desenfreada e explorando a mão de obra das comunidades tradicionais. Hoje, lutamos para que esse processo continue nas mãos da comunidade”

Edilene da Silva, presidente do Comitê de Desenvolvimento Sustentável (CDS) de Porto de Moz

são estabelecidos direitos e deveres relacionados ao desafio de se promover o desenvolvimento socioambiental de comunidades identificadas como parceiras na missão de se conservar a biodiversidade.



A presidente do CDS, Edilene da Silva, conta que durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) a reserva sofreu uma grande ameaça com o projeto “Adote um Parque”, que permitiria, entre outras coisas, o custeio da conservação dos parques nacionais por empresas nacionais ou estrangeiras, e também indivíduos.

Com a pressão dos movimentos sociais e de instituições ligadas à proteção da Resex, o plano não saiu do papel por ferir a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, que prevê às popu-

lações tradicionais o direito à consulta prévia, de forma livre e informada, antes de serem tomadas decisões que possam afetar seus bens e direitos. “Foi uma época de muita aflição e penso que o CCDRU nos daria segurança em situações como a do Adote um Parque, na qual todos fomos pegos de surpresa”.

A união


A coletividade é algo inerente ao trabalho desenvolvido dentro da Resex Verde Para Sempre e o surgimento do Comitê de Desenvolvimento Sustentável (CDS), apenas consolida essa união, uma vez que concentra diversas organizações da

pesca, trabalhadores rurais, comunidades de base, da igreja, além de cooperativas e associações. Todas pessoas precisam da floresta para manter seus modos de vida.

Erisvaldo Barbosa, vice-coordenador do CDS, também é presidente da Associação de Pescadores artesanais de Porto De Moz conta que começou a pescar com o pai aos 12 anos de idade e que a vida dele se mistura com a vida que pulsa na Resex Verde Para Sempre. “Eu lembro de pescar desde sempre. Eu pescava, estudava e vendia o peixe. Em casa, a gente tinha uma roça para fazer uma farinha e outras coisas, mas mais para o nosso sustento. Foi através

do trabalho da pesca que entrei no movimento social da colônia de pescadores. Em seguida, fui o primeiro presidente e juntos conseguimos desenvolver a organização dos pescadores de Pesqueira”, lembra ele.

Os processos de decisão são sempre fruto de muito diálogo e Erisvaldo é um dos defensores da necessidade de se conquistar o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU). “Esperamos com o novo governo avançar nessa conquista. Estamos otimistas, mas também atentos ao que precisa ser conquistado para garantirmos mais tranquilidade para os moradores da resex”.🌿



#Coletivo

Encontro de coletivos estimula o empoderamento de mulheres agroextrativistas

Por Catarina Barbosa | IEB

Realizado em dezembro de 2022, no Amapá, o evento promoveu o diálogo de diversas lideranças femininas que desenvolvem trabalhos sustentáveis em seus territórios.

A palavra é empoderamento. Foi com esse mote que mulheres de diversos coletivos se reuniram no 1º encontro de coletivos de mulheres agroextrativistas do Amapá. Apesar de focar em lideranças do território amapaense, mulheres do Pará também participaram e compartilharam experiências acerca do desenvolvimento de atividades sustentáveis nas quais a figura feminina assume protagonismo.

Com o objetivo de promover a troca de experiências e de gerar uma articulação em torno de uma agenda comum para a inclusão socioprodutiva, o evento foi pensado como uma primeira etapa de mobilização e de caracterização de iniciativas para a criação de uma articulação em rede para mulheres visando o fortalecimento desses grupos nas dimensões socioeconômica e ambiental.

No total, 35 pessoas de 21 organizações dividiram suas experiências, entre elas, a agroextrativista, Cristiana Braga, 37 anos, secretária da Associação da Comunidade São Benedito do Inumbi, que integra a Associação de Mulheres do Campo e da Cidade (Emanuela),

“Ter contato com outros coletivos nos enche de reflexões, um dos pontos que percebemos é que temos dificuldade de divulgar os nossos produtos, mas agora pensamos em fazer eles chegarem a mais pessoas, por meio da nossa cooperativa”

Cristiana Braga, secretária da Associação da Comunidade São Benedito do Inumbi

em Porto de Moz, no Pará.

Cristiana trabalha com o manejo florestal sustentável da madeira e além do cargo de secretária da Associação da Comunidade São Benedito do Inumbi, onde mora, ela também é manejadora. “Eu faço a medição das árvores que serão colhidas dentro do projeto de manejo sustentável”, explica.



Mãe de dois filhos, Cristiana diz que o maior objetivo da associação é empoderar as mulheres. “Além do manejo começamos a trabalhar com cipó, fazemos mesas e cadeiras do material e estamos no processo de qualificação para que outras mulheres também aprendam o ofício”, explica.

Convidada a participar do evento no Amapá, Cristiana Braga disse ainda que é muito bom poder dividir experiências do dia a dia com outras mulheres. “Fiquei encantada com as mulheres, desde as que trabalham com argila até as que têm uma cozinha própria. Gostei tanto da Cozinha Coletiva do Beira Amazonas, que estamos pensando em viabilizar uma em Porto de Moz”, diz ela.

Para Gerciane Borges, 32 anos, coordenadora da Cozinha Coletiva do Beira Amazonas e moradora da comunidade São Tomé do Macacoari, no Amapá, todas as oficinas, reuniões, rodas de conversa promovem grandes aprendizados. “É muito bom ver mulheres como presidentes de

associação, coordenadoras, secretárias, todas compartilhando dificuldades e também acertos. Foi bom também ver o depoimento de uma companheira que tinha desistido, mas que retornou para a associação dela. Isso nos mostra que todas temos dificuldades, mas que juntas é possível superá-las”, diz.

Gerciane disse que além da troca de experiências, uma palestra chamou muito a sua atenção. “Eu ouvi que lugar de mulher não é só dentro de casa, que a gente precisa se libertar e ter cuidado com a gente. Significou muito pra mim”, disse.

A agroextrativista também dá destaque para as mulheres que trabalham com a extração do óleo de pracaxi, na comunidade Comunidade do Limão do Curuá, no arquipélago do Bailique, no Amapá. “São mulheres que estão muito à frente no trabalho. Elas, inclusive, já vendem o óleo de pracaxi para outros estados. A maneira que elas trabalham é muito bonita de ver. Inspiradora. Elas pegam o que a natureza dá para

poder tirar o sustento delas”, afirma. Sobre os primeiros passos da rede, Gerciane afirma que no que depender dela, a rede já está formada. “Eu mesma já fiz amizade depois desse encontro e acho que todos só temos a ganhar ao fortalecer essas e outras mulheres da região”.

Waldiléia Rendeiro, Analista Socioambiental do IEB e coordenadora de ações de gênero e sustentabilidade do Programa Territorialidades, Florestas e Comunidades do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) explica que a construção de redes tem sido uma estratégia interessante para dar maior visibilidade ao trabalho dos grupos de mulheres, fortalecer a capacidade e produção desses coletivos. A partir dessa primeira edição outras iniciativas serão desenvolvidas “Ficamos satisfeitos com o resultado dessa primeira articulação, com base nesses resultados implantaremos as próximas etapas a fim de fortalecer as iniciativas dessas mulheres”.



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

CONTATOS

 (91) 99349-0708

 observatoriomfcf@gmail.com

VISITE

 www.observatoriomfcf.org.br